

LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA: CONTRIBUIÇÕES À CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO¹

Maria Aldeíde Rodrigues Bezerra²

José Rovilson Bueno (orientador)

INTRODUÇÃO

A motivação deste estudo definiu-se a partir dos trabalhos desenvolvidos, no nível de Especialização em História, ancorados na vivência ao longo de nossa história de vida e atuação profissional, além da preocupação em aprofundarmos, no espaço da reflexão acadêmica, um tema cuja relevância tem se tornado, progressivamente, objeto central nas preocupações de professores e pesquisadores que atuam nos mais diversos níveis de ensino: o Livro Didático de História.

Sempre tido como o principal recurso didático utilizado por professores e alunos nas mais variadas condições da prática pedagógica, cuja influência marcante no processo histórico e cultural se expressa nos textos e ilustrações que apresenta, é na metodologia do ensino e nas sugestões de atividades que o Livro Didático de História torna-se referência e objeto de análise de propostas curriculares.

De qualquer forma, o tom de destaque dado por setores da educação, no âmbito das escolas, ao Livro Didático de História tem ressonância, ao refletirmos sobre sua presença na sala de aula, a maneira como é usado, que recursos oferece aos professores e alunos e como os livros destinados às escolas públicas incorporam as novas tendências historiográficas na prática pedagógica e torna pertinentes algumas questões, acerca do sentido que lhe é atribuído e sob que perspectiva essa prática é realizada.

Orientamos nosso olhar para o Ensino da História nas séries da segunda metade do Ensino Fundamental, onde os alunos enquanto sujeitos, que se configuram na inter-relação complexa, duradoura e contraditória entre as identidades sociais e as pessoais, são os verdadeiros construtores da História.

Com efeito, o sentido que o professor atribui ao livro didático indicado para o Ensino da História, a concepção de História veiculada pelo livro, os temas abordados e o enfoque dado às questões sócio-culturais constituem-se em problemas a serem investigados. Daí questionarmos: que conhecimento histórico está sendo construído a partir da utilização do Livro Didático? Que procedimentos metodológicos são utilizados pelos professores no

¹ Trabalho apresentado no Simpósio Temático “História da Educação no Contexto da Cultura Histórica”, durante o XII Encontro Estadual de História da ANPUH-PB, realizado no Campus da Universidade Federal de Campina Grande, em Cajazeiras (PB), entre 23 e 28 de julho de 2006.

² UFPG/CFP/UACEN.

processo ensino-aprendizagem? Como os conteúdos e atividades apresentados pelo livro didático contribuem para a construção da cidadania?

Iniciamos a investigação desse processo, no contexto da prática pedagógica das Escolas de Ensino Fundamental, atentando-se para a compreensão desse ensino, na perspectiva historiográfica contemporânea do processo de produção/reprodução do conhecimento. Este foi o desafio da pesquisa, o de contribuir para a discussão acerca do Livro Didático de História como recurso metodológico capaz de proporcionar ao professor os procedimentos necessários para o processo de construção do conhecimento histórico escolar, uma vez que cada conteúdo abordado tem suas peculiaridades metodológicas apropriadas. Para isso, na tentativa de obtermos algumas dimensões da realidade investigada, objetivou-se: compreender a presença do Livro Didático de História no processo de construção do conhecimento no âmbito da prática pedagógica da escola do Ensino Fundamental, refletir sobre as concepções de História por ele veiculadas, identificar as atitudes dos professores diante dos procedimentos metodológicos sugeridos e analisar a sua importância no cotidiano escolar.

As reflexões aqui realizadas indicam que este é um campo de estudo que tem sido alvo de interesse por parte dos docentes envolvidos com a questão do Ensino da História. Tal interesse em contribuir com os professores da História na busca de um ensino de qualidade, que proporcione ao aluno uma aprendizagem mais prazerosa e conseqüente por intermédio dos conteúdos e atividades apresentadas pelo Livro Didático de História, originou a pesquisa que ora apresentamos. Em termos de exposição, este texto está organizado em três momentos.

No primeiro momento expomos brevemente a trajetória do Ensino da História ao longo do tempo, no Brasil e, sobretudo, suas múltiplas faces, privilegiando os processos de construção de procedimentos metodológicos para sua inserção no cotidiano escolar, a perspectiva do Ensino de História hoje, sua concepção dentro dos pressupostos metodológicos da Nova Historiografia, seus limites, as relações entre as propostas de ensino e as implicações políticas e ideológicas.

A relação entre o Livro Didático e o Ensino da História está presente no segundo momento, onde são apresentados os aspectos relevantes para a construção do conhecimento escolar, seu significado no processo ensino-aprendizagem, a sistematização de conhecimentos mediada por ele enquanto recurso na prática pedagógica.

No terceiro momento, produzimos uma análise das informações que buscamos. Nele anunciamos a trajetória metodológica, indicando o universo do estudo que abrange a pesquisa, considerando-se a problematização que originou o Livro Didático enquanto objeto de investigação científica e procuramos fazer uma análise do discurso dos professores acerca da concepção do Ensino da História, focalizando a relevância atribuída ao Livro

Didático no cotidiano escolar.

Algumas conclusões possíveis estão apresentadas nas considerações finais, uma vez que não pretendemos esgotar as reflexões que estão apenas dando continuidade a um tema amplamente discutido e tributário de valiosas e múltiplas contribuições.

PERSPECTIVAS DO ENSINO DA HISTÓRIA

A História ensinada nas escolas não correspondeu, necessariamente, à História, campo do conhecimento, mesmo porque, durante muito tempo, da Idade Média ao século XIX, parte dela confundiu-se com a História Sagrada, isto é, com a História Bíblica que era ensinada nas escolas onde a influência de igrejas cristãs foi significativa. No século XVIII, as preocupações ilustradas com a educação levaram a que vários conteúdos contribuíssem na composição do elenco dos conteúdos escolares, no contexto do reformismo inspirado pelo Iluminismo, que na intenção de explicar a origem das nações, seria cada vez menos a História Sagrada e cada vez mais a História da Humanidade. Associadas às concepções universalistas dos iluministas, ela se constituiu na França revolucionária, em instrumento de referência para a reflexão sobre as civilizações e sobre o progresso da humanidade.

A organização dos sistemas de ensino público variou conforme as conjunturas nacionais, mas pode-se dizer que, em comum, havia a preocupação com o fortalecimento das identidades nacionais, momento em que a História, enquanto campo do conhecimento, começou a apresentar maior sistematização em termos de investigação e de seus métodos, procurando o equilíbrio entre as dimensões erudita e filosófica.

Assim, ao constituir-se como disciplina escolar, a História, ocupando posição central no conjunto das disciplinas escolares, deveria apresentar às crianças e aos jovens o passado glorioso da nação e os feitos dos grandes vultos da pátria. Esses foram os objetivos da historiografia comprometida com o Estado e sua produção alcançava os bancos das escolas por meio dos programas oficiais e dos livros didáticos, elaborados sob estreito controle dos detentores do poder. Esse sistema prevaleceu na Europa e também na América, onde os países recém-emancipados necessitavam da construção de um passado comum e onde os grupos que lideravam os processos de independência lutavam por sua legitimação.

Porém, ao longo do século XIX, a questão do método dizia respeito não apenas à investigação histórica propriamente dita – à objetividade, às técnicas, à crítica documental – mas também ao Ensino da História nas escolas primárias e secundárias, que deveriam obedecer a procedimentos específicos, como a adequação da linguagem, à definição de prioridade em termos de conteúdos, à utilização de imagens úteis à compreensão da História da nação.

No entanto, em análises da produção historiográfica sobre o Ensino da História no Brasil,

observa-se, basicamente, a predominância das mesmas tendências ocorridas em outros países, quando dados comprovam a ênfase para questões ligadas ao cotidiano da sala de aula, ou seja, às questões referentes às práticas pedagógicas, mais precisamente, à análise de metodologias de ensino, programas curriculares ou de livros didáticos.

As mudanças curriculares ocorridas no Brasil, a partir da década de 1980, exigiram materiais condizentes com os novos programas e, evidentemente, tal situação foi aproveitada por importantes editoras do país e muitas coleções destinadas ao Ensino Fundamental sobretudo de 5ª a 8ª séries – tornaram-se disponíveis aos professores e alunos. Exemplos bastante conhecidos são os trabalhos Construindo a História e Os Caminhos do Homem, ambos de Ademar Marques, Flávio Berutti e Ricardo Faria.³

O primeiro foi produzido, especialmente, para acompanhar o programa de Minas Gerais, considerado por muitos, como uma síntese das expectativas de um Ensino da História democrático e participativo, e que reflita o momento político vivido naquele momento. O segundo surgiu como uma nova versão, adaptada para UM consumo mais amplo, em várias regiões do Brasil. Em outros casos, autores da linha mais tradicional, que publicavam livros há muitos anos, tentaram acompanhar as novas tendências, promovendo a reestruturação de suas obras, adaptando-as às novas propostas, agora também novas necessidades do mercado. Exemplo disso foram os livros que passaram a ter uma linguagem mais “materialista”, um enfoque que acentuava os fatores econômicos sem, no entanto, abandonar suas inspirações historiográficas tradicionais e suas metodologias baseadas em resumos, questionários, sinopses cronológicas, etc. Entre esses casos de adaptação de obras tradicionais podem-se mencionar a coleção História e Consciência, de Gilberto Cotrim e História do Homem, de Francisco de Assis Silva.

Se num primeiro momento a nova história a ser ensinada nas escolas apoiava-se teoricamente no materialismo histórico – e o momento político favoreceu, sem dúvida, essa escolha – logo no final dos anos 1980 e 1990 a historiografia brasileira experimentava um acelerado e significativo processo de renovação, expondo cada vez mais nitidamente a chamada “Nova História”, particularmente a tendência de origem francesa.

É importante destacar que a qualidade do Ensino da História ministrado nas escolas estaria diretamente relacionada à capacidade desse componente curricular em levar para o Ensino Fundamental as discussões historiográficas mais recentes em curso no Brasil. Isso tornou desejável, a partir de meados da década de 1990, que os programas curriculares e os livros didáticos incorporassem as tendências da historiografia contemporânea, como foi o caso da história das mentalidades e da história do cotidiano, ainda hoje predominantes quando se fala em inovação no Ensino da História.

³ As referências completas dos livros didáticos citados encontram-se disponíveis no final do texto.

Rapidamente a história das mentalidades e a história do cotidiano, tornaram-se sinônimos de inovação no ensino, e, em função delas, estava à disposição do professor um elenco considerável de publicações didáticas e paradidáticas que se apresentavam como vinculadas àquelas tendências. Coleções paradidáticas como O Cotidiano da História ou didáticas como História – Cotidiano e Mentalidades, de Ricardo Dreguer significavam, num primeiro momento, a experiência num campo ainda inexplorado no Ensino Fundamental. Com o tempo, à medida que o debate se aprofundou, isso passou a significar mudança de paradigma no Ensino da História. Como também, houve um *boom* editorial na área, combinando as novas políticas educacionais, sobretudo no que toca à criação do *Programa Nacional do Livro Didático* (PNLD), que procedeu à primeira avaliação dos livros didáticos em 1996 e do sistema de compras de livros, pelos governos federal e estadual, para distribuição nas escolas públicas.

Essa renovação da produção historiográfica desmistificou a história dos preconceitos de um saber histórico que estudava as classes dominantes como produtoras de fatos relevantes e conduziu a percepção de processos históricos diferentes, simultâneos, esclarecendo que as classes dominadas produziram tantos vestígios quanto as documentações existentes nos registros dos vencedores. Nessa perspectiva, a historiografia contemporânea recorreu à análise de conceitos e técnicas que a história-conhecimento construiu a partir do real, e como tal, compreende e recupera o movimento, a contradição que está presente na determinação do sujeito, enquanto agente transformador da história.

Portanto, a partir da produção historiográfica brasileira dos anos de 1990, percebemos que na maioria das propostas curriculares, o Ensino da História visa a contribuir para a formação de um “cidadão crítico”, em que o aluno adquire uma atitude crítica em relação à sociedade em que vive. As introduções dos textos oficiais reiteram, com insistência, que o Ensino da História, ao estudar as sociedades passadas, tem como objetivo básico fazer o aluno compreender o tempo presente e perceber-se como agente social capaz de transformar a realidade, contribuindo para a construção de uma sociedade democrática.

Ao pensar o Ensino da História no período contemporâneo, dentro de uma perspectiva historiográfica, a Nova História abriu campos importantes, pelos quais o contemporâneo passou a ser pensado. Em alguns casos, suas perspectivas metodológicas e objetos inovadores foram matizados por uma História Social de influência marxista ou pela psicanálise. Como decorrência, o Ensino da História, seja em direção às mentalidades, quando às vezes utilizada nos livros didáticos dentro de uma conceituação rigorosa, sendo confundida com o estudo dos fatos diversos, seja em direção a História da Vida Privada e Cotidiana, como aconteceu com o novo olhar sobre a sociedade burguesa dos oitocentos, vem sendo analisada por inúmeros livros e pesquisas, gerando novos conteúdos escolares. Diante do desafio para o Ensino da História quanto à Nova História, destacada como uma

das correntes historiográficas predominantes na atualidade, há historiadores que apontam a necessidade de sua adoção na Educação Básica, a exemplo de Ferro, quando diz:

Quando a comissão Girault Legoff considerou necessário para a análise histórica o conhecimento do passado da nação e estimou que sua inteligibilidade tinha como condição necessária, senão suficiente, o estudo cronológico, um certo numero de professores, animados por uma pedagogia inovadora, bradaram indignados: estava se voltando à “história dos avós”. Ora, não é nada disso; e eles teriam percebido o engano se simplesmente tivessem lido uma única obra de Legoff de Girault.⁴

Posto dessa maneira faz-se necessária uma referência ao próprio Legoff, que discute a questão da volta da chamada história-narrativa.

[...] Seja como for, se é desejável que o espírito da nova história possa se encontrar no ensino e na divulgação, é preciso adaptá-lo a seus destinatários não especializados e carentes de conhecimento. Um mal entendido particularmente surpreendente produziu-se no domínio da cronologia, onde a introdução das novas concepções do tempo e da duração em história levou, às vezes, uma quase liquidação da cronologia, ao passo que esta continua sendo um conjunto de referências que sem dúvida deve ser enriquecido, flexibilizado, modernizado, mas que permanece fundamental para o próprio historiador, para os jovens e para o grande público.⁵

Essas colocações nos fazem acrescentar os efeitos mais imediatos sobre o ensino, da adoção de pelo menos, um dos contributos mais recorrentes da Nova História: a revisão historiográfica que acabou por trazer à cena atores e temas ignorados pelas correntes anteriores, rotuladas, até certo ponto com alguma impropriedade, de “tradicionais” ou, pior ainda, “oficiais”. Os novos atores e temas constituíram, dentre outros, o importante campo dos excluídos dos benefícios sociais e das decisões da sociedade que, com certeza, merecem os espaços que conquistaram na historiografia. E tem sido muito importante a incorporação deles pelos diferentes níveis de ensino.

Nos dias atuais um número considerável de historiadores vê na narrativa, a possibilidade de (re)escrita da história vista de baixo, que não faz parte dos grandes tratados históricos, porque se reporta à vida dos homens, do povo, desprovidos de títulos nobres, que tiveram a sua história sepultada no tempo. A História Oral surge, então, como possibilidade metodológica para registrar a história de pessoas comuns, o que não impede que outras histórias sejam trabalhadas (a história dos “grandes heróis”).

Pode-se sugerir que um dos elementos dessas mudanças reflete o notável alargamento do campo da história nos últimos vinte anos, caracterizado pela ascensão da “história social”, esse recipiente amorfo para tudo, desde mudança no físico humano até o símbolo e o ritual, e

⁴ FERRO, M. **A História Vigida**, p. 122.

⁵ LE GOFF, Jaques. **História e Memória**. 4. ed., p.6-7.

sobretudo para as vidas de todas as pessoas, de mendigos e imperadores.⁶

Sob esse prisma é que enxergamos a narrativa como possibilidade de percorrer as dimensões do tempo sempre postas em relação aos fatos históricos sob as mais diversas experiências humanas, e vimos que o esquecimento forçado da história dos vencidos nos tratados históricos, nestes novos dias é quebrado ao proclamarmos o fim do silêncio, a quebra do sono dos anônimos, dos “sem-história”.

Na análise da contribuição da Nova História para repensar a História no Ensino Fundamental, os projetos de educação orientados pelas Diretrizes Curriculares para a Educação Básica (1997), sugerem o Ensino da História a partir da realidade histórica, social e cultural do educando. É, portanto, a construção da identidade do indivíduo enquanto sujeito social que objetiva esse novo projeto de Ensino da História.

Os ensinamentos de história possuem objetivos específicos, sendo um dos mais relevantes o que se relaciona à constituição da noção de identidade. Assim, é primordial que o Ensino de História estabeleça relações entre identidades individuais, sociais e coletivas, entre as quais as que se constituem como nacionais.⁷

Essa noção da História no Ensino Fundamental favorece ao aluno o contato com as mais variadas fontes de informação, o conhecimento e a análise do fato histórico. E, pelo modelo investigativo, a Nova História no Ensino Fundamental possibilita ao aluno perceber que a História é um processo que, enquanto produto inacabado não se esgota em textos fragmentados, vinculado aos livros que obedecem ao “discurso oficial” da História.

No Brasil, rotulado de “país sem memória”, assistimos à emergência dos movimentos sociais, populares, protagonizados pela mobilização de trabalhadores, mulheres, negros, índios, homossexuais, etc., que até hoje, reivindicam para si o exercício dos direitos de cidadania e a participação política no processo decisório nacional. Nesse sentido, a História Oral no Ensino Fundamental tem um papel indispensável nesse processo, ao privilegiar o exercício e a formação da cidadania, e trabalhar também na sala de aula, o conhecimento e a valorização do nosso patrimônio cultural, sem esquecer que a História guarda uma memória heterogênea de conflitos e contradições sociais. É por isso que Bittencourt declara que:

[...] o ensino de história deve contribuir para libertar o indivíduo do tempo presente e da imobilidade diante dos acontecimentos, para que possa entender que a cidadania não se constitui em direitos concedidos pelo poder instituído, mas tem sido obtido em lutas constantes

⁶ STONE, Laurence. O ressurgimento da Narrativa: reflexões sobre uma nova velha história. Trad. Denize Bottmann. In: **Revista de História**, Campinas, Unicamp: IFCH, n. 2 e 3, p. 13-37. 1991, p. 203.

⁷ BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**, p. 32.

e em suas diversas dimensões.⁸

Assim, diante da necessidade de um Ensino da História na Educação Básica que possibilite ao educando a compreensão do processo histórico que se faz pelo passado, pelas práticas culturais, pela vivência cotidiana e como tal, coexiste entre o imaginário que se faz verdade pela ordem dos discursos, é que a História resgata a experiência de novos sujeitos; e diante do contato com outras fontes não reconhecidas pelos documentos oficiais. A Nova História permite que o Ensino da História esteja mais próximo de uma compreensão “mais palpável” do passado que deixou de ser escrito e reconstitua a História como possibilidade de entender os acontecimentos e fatos, a partir das impressões de quem os viveram.

ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO ESCOLAR

O processo de construção do conhecimento é o grande desafio que o professor enfrenta ao preparar suas aulas e ao desenvolvê-las com os seus alunos. Nesse ponto, é necessário concordar com Circe Bittencourt, quando afirma que “o interesse que o livro didático tem despertado e as discussões que provoca em encontros e debates acadêmicos demonstra que ele é um objeto de múltiplas facetas”.⁹ Portador de uma cultura veiculada nos textos e ilustrações que privilegiam os conhecimentos considerados fundamentais de uma sociedade em determinada época, o livro didático de História, enquanto instrumento pedagógico, se constitui no recurso mais freqüente e amplamente utilizado no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

Questões como a História das mentalidades e a História do Cotidiano são refletidas a partir de diversas ilustrações que intercaladas em textos, demonstram a importância desse recurso na cultura histórica escolar do Ensino Fundamental.

Dessa forma é que Nelson e Claudino Piletti no Livro História & Vida Integrada, no volume destinado à 6ª série, à página 140, ao apresentarem o texto que trata dos papéis históricos das famílias nos engenhos de açúcar, buscam reconstruir nas relações de produção a formação social, veiculada por uma sociedade continuamente improvisada no processo de tensões e conflitos que compõem a organização das relações sociais, o sistema de dominação e de estrutura de poder. A cena típica do interior de uma casa na colônia portuguesa em que crianças escravas, alimentadas com restos da comida dos senhores e, de outro lado, uma nobre que vive na cidade, sendo rodeada por pessoas elegantes

⁸ BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe. (Org.). **O saber histórico na sala de aula**, p. 20.

⁹ BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe. (Org.). **O saber histórico na sala de aula**, p. 71.

esbanjando fartura, leva a perceber que a explicação global dos fatos humanos, centrada nos mecanismos que asseguram a exploração de uns homens sobre os outros, é traduzida veementemente nas relações econômicas, políticas, culturais, nas tradições, nos sistemas de valores, nas idéias e formas institucionais.

A partir dos livros didáticos de História, o repensar do seu Ensino contemplando uma análise crítica, dinâmica e participativa da sociedade brasileira, foi ampliado com uma metodologia de ensino, que naturalmente exige novas atitudes dos professores, em relação à concepção de História. Incorporar à História tensões sociais de cada dia implica a reconstrução da organização de sobrevivência de grupos marginalizados, da mesma forma que a música, a pintura, a charge, a TV, a fotografia, o cinema estão carregados de propostas, questionamentos, tensões, acomodações, que se manifestam através das relações humanas.

Associados a essa perspectiva, no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, os livros didáticos de História no Ensino Fundamental foram influenciados pela chamada “Nova História”, particularmente de origem francesa. Esse momento, em que não havendo obrigatoriedade do uso dos programas oficiais, foi caracterizado pelas tendências da historiografia contemporânea. Entre elas, figuram a história das mentalidades e a história do cotidiano. Elas foram sendo incorporadas aos conteúdos acabando por expandir a demanda por um ensino que não privilegiasse os fatos políticos singulares, nem tão pouco os grandes nomes e a cronologia linear e que também não tivesse como alicerce uma análise essencialmente econômica do processo histórico.

Nessa linha de raciocínio, o professor é quem mais conhece as circunstâncias espaço-temporais em que trabalha. É o principal responsável pela realização de procedimentos de ensino, embora ao se considerar a dimensão das formas de consumo do livro didático de História, cabe a este enquanto documento, a análise dentro dos pressupostos de investigação histórica e, portanto objeto produzido em um determinado momento e sujeito de uma história da vida escolar.

Na prática o livro didático de História tem sido apoio da maioria dos professores no que se refere ao ensino do conteúdo e, freqüentemente, utilizado no processo ensino-aprendizagem no Brasil. Faz-se necessário enfatizar a opinião dos professores sobre sua apreciação e as críticas referentes aos livros adotados pelas Escolas Públicas. Eles são unânimes em afirmar que os criticam em sala de aula, seja pelos aspectos específicos, seja em sua avaliação global.

Embora sejam freqüentes as críticas aos métodos de ensino através do livro, não tivemos conhecimento de textos que condenem o seu uso. Cada uma dessas críticas aponta para a necessidade de aprimoramento ou modificação do livro, mas não se refere à necessidade de

sua abolição.¹⁰

O fato de querer trazer para a sala de aula toda experiência humana entendida sempre como experiência das relações sociais através do uso dos conteúdos abordados pelos livros didáticos de História, incorporando à História tensões sociais de cada dia, implica situar a História como campo de possibilidades em que a experiência humana por ser contraditória, não tem um sentido único, homogêneo, linear, nem um único significado.

É na escola que as noções históricas básicas são construídas para o entendimento da relação que se estabelece entre o tempo vivido e o tempo histórico. Assim, o aluno ao utilizar o livro didático de História perceberá que os conteúdos que lhe são apresentados sob os diversos temas, tais como a história das crianças, dos velhos, dos negros, das mulheres, a sua história local faz parte de uma história nacional, pela inserção das experiências de pessoas comuns no cenário histórico dos grandes heróis. Sob esse prisma, concebemos o educando, enquanto sujeito histórico cuja ação e compreensão das realidades são a construção da cidadania, a condição para entender a história local que se baseia na análise estabelecida entre o passado e o presente, entre um acontecimento local e a história geral que é vista nos livros didáticos.

Sabe-se que cenas cotidianas como as festas, batuques, procissões, conversações ocorridas nas ruas, os diferentes estilos arquitetônicos das cidades, dos bairros, das ruas, as condições de vida dos lugares, os mitos, as crenças, a arte, constituem-se no contexto histórico para compreendermos a importância do estudo da história local. Considerando que a vivência cotidiana, enquanto constitutiva de uma história local é presente e fundamental para a produção do conhecimento histórico, é que se impõe o desafio ao reconhecimento, de uma história que possibilite ao educando a compreensão dos processos históricos que se faz em busca da memória coletiva. Uma história na qual possa se incorporar os conteúdos propostos nos livros didáticos do Ensino Fundamental as concepções do mundo do aluno e dos professores que foram construídas pelas práticas culturais, pelo passado público, pela vivência cotidiana e que, como tal, possibilita significativas transformações sociais. É a partir dos elementos constitutivos da nossa identidade, que exaltamos a importância do estudo da História Local como parte integrante do currículo dos primeiros e segundos ciclos do Ensino Fundamental.

Por outro lado, a temática da memória e de sua materialização através dos livros didáticos de História no Ensino Fundamental tem encontrado respaldo na releitura de acontecimentos vividos pelo aluno, na preservação do passado, passado esse que pode questionar, modificar a compreensão do presente pela ordem do discurso, e que por sua vez pode também modificar a compreensão do passado. Por isso, ao se estudar os fatos passados

¹⁰ OLIVEIRA, J. B. A. et al. A Política do livro didático. In: FREITAG, B. et al. **O livro didático em questão**. 2. ed., p. 25.

apresentados no livro didático de História, é necessário que o professor esclareça a seus alunos que os fatos históricos de qualquer natureza têm uma compreensão difundida pela condição de estarem sujeitos às mais variadas interpretações à luz do presente reduzindo-os aos conhecimentos familiares de seu tempo.

Por tudo isso, convém lembrar o que Bezerra afirma: “[...] passado humano não é uma agregação de ações separadas, mas um conjunto de comportamentos intimamente interligados, que têm uma razão de ser, ainda que na maioria das vezes imperceptível para nossos olhos”.¹¹ Valendo-se dessas considerações é preciso esclarecer que o professor ao utilizar o livro didático de História no Ensino Fundamental tenha claro o quê e como ensinar, já que o passado deve ser interrogado a partir de questões que nos inquietam no presente. É pela noção de temporalidade, que a História na Educação Fundamental se faz compreensível. Por isso, ao utilizar os textos dos livros didáticos de História no Ensino Fundamental, é necessário que o professor contribua para que o aluno perceba-se como um ser social que vive numa determinada época, num determinado país ou região, oriundo de determinada classe social.

Partindo do ponto de que cada geração tenta reescrever a História, e isso nos leva a considerar que a interpretação depende do ponto de vista; também se torna viável entender quando um livro didático de História no Ensino Fundamental apresenta conteúdos que possibilitem ao aluno a existência de uma análise crítica. Conforme Santos, “a análise crítica do que existe assenta no pressuposto de que a existência não esgota as possibilidades da existência e que, portanto, há alternativas susceptíveis de superar o que é criticável no que existe”.¹²

Dessa possibilidade de análise crítica nos conteúdos programáticos do livro didático é que se atesta a importância das lembranças para a reescrita e releitura da história. A teoria crítica moderna concebe a sociedade como uma totalidade, e como tal, propõe uma alternativa total à sociedade que existe. Esta ligação, entre passado e presente, é um dos aspectos mais difíceis da História, o que requer um grande número de conceitos. Por isso, a sua aplicação independe igualmente de todas as condições que não sejam necessárias para garantir a operacionalidade técnica de aplicação. Isso requer que seja disponibilizado ao aluno o contato com as mais variadas fontes de informações, que possibilitem o conhecimento e análise do fato histórico.

¹¹ BEZERRA, H. G. Ensino de História: conteúdos e conceitos básicos. In: KARNAL, Leandro. (Org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**, p. 43.

¹² SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Crítica da Razão Indolente**: contra o desperdício da experiência. 4. ed., p. 23.

UM OLHAR SOBRE LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES

Considerando como problema, para o presente estudo: como os professores de algumas escolas públicas que criticam o livro didático adotado, alegando pobreza de conteúdos, conciliam a necessidade de seu uso, como também afirmam, com essa crítica?, adotamos como universo de pesquisa, os professores de história que lecionam nas turmas da segunda metade do Ensino Fundamental, nas escolas públicas dos Sistemas Estadual e Municipal na cidade de Cajazeiras, na Paraíba, num total de três professores de escolas estaduais e uma professora da escola do município que oferecem o ensino fundamental de 5ª a 8ª séries. A partir desse problema, buscamos construir algumas questões: como o livro está sendo usado no processo ensino-aprendizagem?; que perspectiva de história está sendo veiculada pelo livro didático?; que conhecimento e competência estão sendo construídos a partir da utilização do livro didático de História?; de que procedimentos básicos metodológicos os professores se utilizam para a realização do processo ensino-aprendizagem?; como os conteúdos e atividades apresentadas pelo livro didático contribuem na formação da cidadania?

Com base nessas indagações, optamos por desenvolver a pesquisa a partir do conhecimento prévio do contexto histórico escolar em que o livro didático se constitui alvo principal da problematização, o que me proporcionou desenvolver uma investigação qualitativa, tendo como fonte de informações a sala de aula de História.

O critério de privilegiar as escolas públicas levou em consideração a facilidade de acesso e por disporem do livro para alunos e professores, como referência na construção do conhecimento histórico escolar. A busca de informações aconteceu elegendo-se como instrumento a entrevista estruturada dirigida aos professores que conduzem a prática pedagógica escolar. Além das entrevistas, tivemos acesso às atividades desenvolvidas na sala-de-aula, ao livro didático adotado, a alguns planos de ensino dos professores e, quando possível, a algumas atividades escritas dos alunos. As entrevistas foram registradas com a anuência dos professores e transcritas na íntegra pela autora, o que de certa forma, possibilitou uma imersão nos textos. Os discursos dos professores foram analisados com os instrumentos da análise do discurso, definida por Bardin, como sendo: “um conjunto de técnicas de análise de comunicação, visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção/ recepção destas mensagens”.¹³

¹³ BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**, p. 42.

Como forma de aprofundar as reflexões sobre a relação entre o Livro Didático de História e o processo de construção do conhecimento no âmbito das Escolas Públicas do Ensino Fundamental, analisamos, neste momento, a manifestação dos professores, procurando identificar, nas entrelinhas da História ensinada, as concepções em torno do Livro Didático que permeiam o cotidiano escolar, as atitudes dos professores diante da construção do conhecimento histórico e a relação entre ambas.

Para iniciar a discussão sobre a concepção do Livro Didático de História no cotidiano escolar e sua importância no processo de construção do conhecimento, é expressivo o depoimento deste professor entrevistado: “O livro didático é um recurso que utilizo em grande parte nas aulas de História, pelo aspecto teórico-metodológico que apresenta... todo assunto abordado é importante para a aprendizagem”.

É considerável a participação do Livro Didático de História na prática pedagógica que tem como sustentação os ensinamentos veiculados pelos textos que apresentam, como se pôde perceber pelo depoimento transcrito. Nesse enfoque, os conteúdos desses manuais incorporam-se à concepção de currículo a ser seguido na seleção de conteúdos, determinando algumas ações pedagógicas, conforme depoimento deste professor:

O livro didático participa do planejamento escolar através dos assuntos que são apresentados, ele é utilizado como complemento de estudo para seguirmos os temas planejados. Recorro a outras fontes bibliográficas para reforçar o assunto. Não faço recortes dos conteúdos trazidos no livro, o que não acho importante, apenas não me estendo na explicação.

Assim, o livro passa a ser não somente um recurso didático exclusivo para utilização em sala de aula, mas também passa a funcionar como referência de professores na execução do planejamento escolar. Percebe-se que a fonte de consulta utilizada pelos professores é o livro didático adotado, ou outros também didáticos, como pudemos ouvir deles, significando que nos livros encontram-se orientações metodológicas para o trabalho com os conteúdos e para o aproveitamento dos recursos apresentados por esse material. A postura pouco reflexiva de alguns professores em relação ao Livro Didático de História torna o processo de ensino muito limitado e demonstra uma reprodução mecanizada dos conteúdos, muito embora apareçam possibilidades de alterações sensíveis nas suas práticas pedagógicas cotidianas.

A fala desses professores permite-nos uma interpretação acerca da importância de um modelo de ensino pautado na transmissão de conteúdos pré-elaborados, veiculados pelos livros didáticos. Entende-se que como recurso pedagógico, o livro proporciona ao professor utilizar-se de “uma série de técnicas de aprendizagem”: exercícios, questionários, sugestões de trabalhos, enfim, as tarefas que os alunos devem desempenhar e para a apreensão ou,

na maior parte das vezes, para a retenção dos conteúdos”.¹⁴

Ao reforçar o caráter exclusivista do Livro Didático de História no Ensino Fundamental, como recurso teórico-metodológico na prática pedagógica dos professores, percebe-se a possibilidade de poderem contar com um manual que oferece os procedimentos específicos na compreensão do conhecimento histórico. Assim, a recorrência às atividades sugeridas pelo Livro Didático de História torna possível trazer à tona temas do cotidiano extra-escolar, conforme declaração deste professor:

Há observações contidas no livro didático que considero importante como informações atuais, a exemplo das guerras no Oriente Médio. As atividades que os livros trazem são trabalhadas sob a interpretação textual e pesquisa em grupo, onde incentivo os alunos ao trabalharem as oficinas de História; todo conteúdo que o livro apresenta é importante à medida que esclarece aos alunos fatos do cotidiano...

Situado na interface das propostas pedagógicas e da elaboração do conhecimento escolar, o Livro Didático de História constitui-se não apenas em um recurso pedagógico auxiliar do trabalho do professor, mas consolida-se como “o material didático referencial de professores, pais e alunos que o consideram referencial básico para o estudo”.¹⁵

Essas considerações, no entanto, acerca da dimensão das formas de utilização do Livro Didático de História, enquanto recurso didático utilizado pelas escolas, não exclui a responsabilidade do professor na escolha dos métodos e procedimentos para o processo ensino-aprendizagem. Com relação ao professor enquanto alguém que possibilita ao aluno a construção do conhecimento, pressupõe-se que conheça os conteúdos, as práticas pedagógicas e que realize também via livro didático, incentivos ao exercício de reflexão crítica e participativa do aluno como sujeito histórico.

A partir dessas considerações, alguns questionamentos impõem-se: qual a diferença entre um historiador e um professor? Que concepção de história fundamenta a apresentação dos conteúdos no Livro Didático? Que interferência tem o Livro Didático de História no processo de construção do conhecimento? As evidências nos levam à afirmação de que o professor tem se colocado como um agente motivador na construção do conhecimento, e que utiliza o Livro Didático de História a partir das sugestões de atividades textuais, o que tem contribuído para o aluno construir o conhecimento histórico escolar. Alguns dos professores destacam essa afirmação, como estes:

¹⁴ BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe. (Org.). **O saber histórico na sala de aula**, p. 72.

¹⁵ BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe. (Org.). **O saber histórico na sala de aula**, p. 71.

Historiador é aquele que escreve a História, o professor é aquele que transmite aos alunos o que o historiador escreveu. Ao transferir o conhecimento apresentado pelo livro, trabalho com a interpretação dos textos onde utilizo as atividades sugeridas no final dos conteúdos, como filmes, reportagens, e faço a análise crítica, comparações, de forma que os alunos construam sua percepção ideológica e produzem textos a partir de seu conhecimento, onde sempre discute-se com os alunos suas histórias, como a violência, a fome, de que muitos padecem.

Historiador é a pessoa que faz pesquisa histórica, o professor além de educador, é alguém que divulga o que o historiador escreveu. Como educador trabalho a maioria das atividades que vem nos livros e aproveito para levantar outras questões que surgirem no momento em que os alunos trazem experiência de vida para a escola.

O conhecimento histórico que é construído na escola se dá a partir da produção textual dos conteúdos abordados no livro didático. As entrevistas que são indicadas pelo livro são trabalhadas como recurso em que os alunos fazem o paralelo do passado com o presente e com a experiência de vida deles,, demonstram as diferenças existentes com ilustrações.

Essa perspectiva de trazer à sala de aula a experiência de vida dos alunos e discuti-las diante dos textos estudados, remete-nos à idéia de que umas funções do ensino veiculado pelo livro didático no Ensino Fundamental, é fazer com que alunos e professores, a partir do diálogo entre passado e presente, possam problematizar a realidade em que vivem. E na verdade, “o passado humano não é uma agregação de ações separadas, mas um conjunto de comportamentos intimamente interligados, que têm uma razão de ser, ainda que na maioria das vezes, imperceptível aos nossos olhos”.¹⁶

Diante das limitações atuais da escola pública, o Livro Didático de História no Ensino Fundamental parece ser opção única dos professores ao que se refere a apoio bibliográfico e elo de ligação com o conhecimento de História ao seguirem o roteiro e as orientações metodológicas que conduzem o aluno a se sentir sujeito do processo histórico escolar, conforme expressam estes professores:

Através dos textos trazidos no livro didático de História Antiga faço comparações com a História Contemporânea, ou a História atual, para que os alunos reconheçam, seus deveres e direitos no contexto estudado.

As oficinas históricas indicadas nos livros permitem que os alunos através de entrevistas com pessoas idosas, conheçam hábitos e costumes do passado, e destaquem essas diferenças com ilustrações. Como vivemos no Nordeste, a questão ambiental é sempre muito discutida, a exemplo das queimadas no semi-árido, da seca, onde eles constroem sua própria concepção político-ideológica sobre esse assunto.

Diante do exposto, a realidade que se tem da utilização do Livro Didático de História na fala dos professores, é de um recurso didático onde se encontram informações precisas para a construção do conhecimento escolar. Informações essas que podem ser identificadas com a maioria das propostas pedagógicas do Ensino da História, que “visa contribuir para a formação de um cidadão crítico” em relação à sociedade em que vive. Ao se constituir no material impresso mais acessível e influente nas práticas escolares quotidianas, o Livro

¹⁶ BEZERRA, H. G. Ensino de História: conteúdos e conceitos básicos. In: KARNAL, Leandro. (Org.). **História na sala de aula:** conceitos, práticas e propostas, p. 47.

Didático de História enquanto recurso, permite a problematização de questões do universo extra-classe diante da diversidade teórico-metodológica apresentada ao lado dos conteúdos e contribui de forma intrinsecamente educativa na construção da identidade do aluno enquanto sujeito histórico e cidadão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabendo-se que o conhecimento é dinâmico, ao mesmo tempo em que necessita adaptar-se às diversas realidades dos alunos e das práticas pedagógicas (reflete-se na condição de sua produção), vemos que, muito pouco tem sido feito quando se trata de refletir sobre a circulação e as apropriações do conhecimento histórico nas escolas do Ensino Fundamental, atentando-se para as práticas cotidianas relativas ao Ensino da História, inclusive suas manifestações fora do espaço escolar propriamente dito e suas implicações na construção do conhecimento histórico. O estudo aqui empreendido não se pretende acabado, há muito o quê fazer a respeito da utilização do Livro Didático de História na construção do conhecimento, assim, as possibilidades de interpretação não se esgotam neste trabalho. Ao contrário, constitui-se em um espaço rico de possibilidades de novas discussões, novas perguntas e investigações, consubstanciando-se como um caminhar rumo a outras reflexões, como um desafio à construção de novos conhecimentos. Assim não apresentamos conclusões dadas pela própria amplitude dos significados que são diferenciados e no universo das concepções dos informantes seguramente estão velados, esboçamos algumas considerações possíveis, acerca do estudo realizado.

Numa primeira apreensão, podemos afirmar que é considerável a utilização do Livro Didático de História na prática pedagógica, constituindo-se em referência dos professores para a execução do planejamento escolar. Ao mesmo tempo em que se configura como um instrumento que auxilia o professor no processo ensino-aprendizagem com orientações metodológicas, o Livro Didático de História oferece atividades que permitem inserir temas do cotidiano extra-escolar motivando os alunos a trazerem para a sala de aula experiências singulares e os incentivando ao exercício de uma reflexão crítica e participativa como sujeitos históricos que se constituem no universo em que vivem.

Essa perspectiva confere o significado de um espaço de construção do conhecimento histórico e formação da cidadania, ao permitir que os professores utilizem os procedimentos metodológicos e abordem temas relacionados com o cotidiano do aluno baseado na experiência vivida, e esclarecê-lo do seu papel de cidadão na construção da sociedade da qual faz parte.

Outro aspecto fundamental diz respeito à questão da apresentação dos conteúdos para a compreensão do conhecimento histórico, como elemento referencial na construção da

cidadania mediante os diversos fatores de ordem política, econômica e cultural, dentro da perspectiva da Nova Historiografia. De acordo com os professores, as sugestões de atividades apresentadas no Livro Didático de História têm permitido ao aluno o contato com as mais variadas fontes de informação, a exemplo da História oral, da História Local, da História da sua cidade, de suas tradições, que se situam como um direito, como expressão cultural. A identidade histórico-cultural torna-se assim, fonte de valorização e de identidade que ultrapassa os limites do que está escrito nos manuais, e passa a exigir um posicionamento crítico sobre a realidade social, sobre o passado que deixou de ser escrito, sobre a cidade, sobre o meio ambiente.

Constatamos que a compreensão acerca do processo de construção do conhecimento escolar, os diferentes recortes da História feita pelos professores diante dos conteúdos estudados, permitem que o aluno abra enormes horizontes que podem acolher, inicialmente, sua curiosidade, depois, sua análise e, finalmente, sua identificação como sujeito histórico. Com a visão de História voltada para o cotidiano do aluno, aliada à possibilidade de inserir novas linguagens, como algo que se manifesta, nas relações humanas, cria-se na prática pedagógica as condições para o processo de construção do conhecimento histórico, marcado pelas lacunas que ultrapassam os limites do que está escrito no livro didático.

Nesse sentido, o contexto em que se efetiva o Ensino da História, viabilizado pelo Livro Didático de História adotado pelas escolas públicas, apresenta-se vinculado a determinantes sociais, políticos e culturais, diante dos conteúdos e atividades propostas, refletindo a perspectiva historiográfica contemporânea. Ao contextualizar o conhecimento histórico e a concepção de História, o professor deve levar o aluno a participar do processo do fazer, do construir a história ao questionar sua própria constituição na relação entre a educação escolar e a cidadania, nas mais diversas formas de interpretar a realidade social.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1997.
- BEZERRA, H. G. Ensino de História: conteúdos e conceitos básicos. In: KARNAL, Leandro. (Org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2003.
- BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe. (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1997, v.5.
- COTRIM, Gilberto. **Saber e Fazer História**. São Paulo: Saraiva, 2002, 6ª série.
- DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DEL PRIORE, Mary. História do Cotidiano e da vida Privada. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- DREGUER, Ricardo & TOLEDO, Eliete. **História: Cotidiano e Mentalidades**. São Paulo: Atual, 1995.
- FERRO, M. **A História Viglada**. Tradução Doris Sanches Pinheiro. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- GOMES, Ângela Maria Castro. A reflexão teórico-metodológica dos historiadores brasileiros: contribuições para

pensar a nossa história. In: GUAZZELLI, César Augusto Barcelos et al. (Org.). **Questões de Teoria e Metodologia da História**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **História & Ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

LE GOFF, Jaques. **História e Memória**. Tradução Irene Ferreira et al. 4. ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1993.

LIMA, Idelzuite de Sousa. **Ensino de História Local e Currículo: dizeres e práticas no fazer educativo escolar**. 2000. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2000.

KARNAL, Leandro. (Org.). **História na Sala de Aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2003.

MARQUES, Adhemar; BEIRUTTI, Flávio; FARIA, Ricardo. **Construindo a História**. Belo Horizonte: Lê, 1988.

OLIVEIRA, J. B. A. et al. A Política do livro didático. In: FREITAG, B. et al. **O livro didático em questão**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1984.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **O Direito ao Passado** (Uma discussão necessária à formação do profissional de História). 2003. 429 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. **História & Vida Integrada**. São Paulo: Ática, 2002. 5ª, 7ª e 8ª séries.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Marcos A. da. **História: o prazer em ensino e pesquisa**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

STONE, Laurence. O ressurgimento da Narrativa: reflexões sobre uma nova velha história. Trad. Denize Bottmann. In: **Revista de História**, Campinas, Unicamp: IFCH, n. 2 e 3, p. 13-37. 1991.

SOUZA, José Wanderley A. de. **Se não me falhar a memória: o discurso da história cotidiana nas lembranças de velhos**. 2003. 282 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa e Lingüística) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara, São Paulo, 2003.

WASSER, Claudia. O livro didático: aspectos teórico metodológicos relevantes na sua produção. In: GUAZZELLI, César Augusto Barcelos et al. (Org.). **Questões de Teoria e Metodologia da História**. Porto Alegre: Editora Universitária/UFRGS, 2000.

VIEIRA, M. P. A. et al. **Pesquisa em História**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002.

ZARTH, Paulo Afonso. Ensino de História, participação da comunidade e cultura Histórica. In: SAECULUM, **Revista de História**, João Pessoa: Editora Universitária n. 6/17, p. 49-56, jan./dez. 2000/2001., 2002.

RESUMO

Este estudo analisa o lugar do Livro Didático de História na construção do conhecimento escolar. Busca-se a compreensão da concepção de História que permeia a prática pedagógica cotidiana e sua relação com o processo de construção da cidadania. Tendo como estratégias entrevistas na modalidade estruturada e consulta às atividades da prática pedagógica e técnicas de Análise de Conteúdo definidas por Laurence Bardin, as entrevistas foram analisadas com base nos fundamentos das novas tendências historiográficas segundo uma abordagem qualitativa. A partir deste estudo, constatou-se que a construção do conhecimento histórico escolar mediado pelo Livro Didático adotado insere-se no contexto da prática pedagógica que está atrelada a condicionantes sociais, políticas e culturais, constituindo-se em espaço de formação da cidadania, referenciado pela identidade social do aluno. O resultado da pesquisa expressando o movimento do local para o geral, mostra a concepção do Livro Didático como um espaço de produção cultural quando, ao utilizar-se de temas para desenvolver o espírito criativo numa leitura contextualizada do cotidiano, constitui-se em novas perspectivas para o Ensino de História.

Palavras-chave: Ensino de História. Livro Didático. Construção do Conhecimento.